



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

M MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO III Nº 38 2ª QUINZENA DE AGOSTO DE 1992 Cr\$ 1.000,00

A Justiça Burguesa está para sentenciar e prender as lideranças dos sem-teto de Diadema. Trata-se do aumento da repressão política sobre os movimentos, com o objetivo de intimidá-los. Os sem-terra do Rio Grande do Sul já foram condenados e existe a ameaça de condenação contra outras lideranças sindicais. É preciso fortalecer a campanha contra as prisões políticas: lutar pela liberdade dos lutadores é lutar pelo fortalecimento dos próprios movimentos.

Não às Condenações e Prisões Políticas de Boni, Romildo e Tonhão !

Convocar os Tribunais Populares para pôr Abaixo o Governo Corrupto, Antinacional e Antipopular de Collor

Nas eleições municipais,

Voto Nulo !

Pela sobrevivência dos trabalhadores e suas famílias !

Pelo Partido Operário Revolucionário !

Como Votar:

P/Prefeito **EMPREGO, SALÁRIO, MORADIA, PARA TODOS**

P/Vereador **TERRA, ALIMENTO, EDUCAÇÃO E MORTE AO CAPITALISMO**

Pela Construção do Partido Operário Revolucionário

Toda força à luta contra as condenações e Prisões Políticas

O Comitê Contra as Condenações e Prisões Políticas de Boni, Romildo e Tonhão continua suas atividades no sentido de impedir que os lutadores da classe trabalhadora sejam condenados e presos.

Para isso, vem realizando atos públicos quinzenais, panfletagens, pichações e colagens, colhendo assinaturas para serem anexadas ao processo, no sentido de mobilizar a opinião pública e pressionar o Poder Judiciário da Diadema.

O juiz Rubens Rihl, que instrui o processo, em recente declaração ao Diadema Jornal, informou que até o início de setembro dará as sentenças e que não tem a menor intenção de atender abaixo-assinados, moções de repúdio nacionais e internacionais (existem moções de repúdio vindas das mais variadas partes do mundo, incluindo Oriente Médio e Índia), que hoje perfazem um total de 538 protestos formais anexados ao processo. Diz que fará apenas valer a justiça. Ou seja, a mesma Justiça que já caracterizou Manoel Boni de "nocivo à propriedade privada e cujo encarceramento era uma questão de segurança do patrimônio público e privado".

Consequentemente, não haverá justiça e sim condenação sumária, pois, para garantir a propriedade privada é que existem as leis burguesas. A destruição das lideranças é a forma mais antiga usada pela burguesia de subjugar os movimentos populares. Os militantes dedicados à causa dos explorados são sempre uma ameaça à ditadura de classe da burguesia, pois auxiliam as massas a se levantarem contra os escravizadores.

Temos que responder a mais essa arbitrariedade do Estado burguês que já aponta no sentido da prisão dos companheiros, com atos cada vez mais maciços e com a radicalização da campanha. Somente a força dos trabalhadores contra a repressão do Estado burguês que mata, mutila e joga nas ruas milhares de trabalhadores diariamente poderá evitar as prisões.

É obrigação das correntes que se reivindicam do movimento operário engrossarem o Comitê contra as condenações e prisões políticas, sob pena, caso se neguem, de colaborar para a prisão dos companheiros.

Participem das reuniões do Comitê todas às 4as. feiras, às 19hs, na Câmara Municipal de Diadema - Pça. Castelo Branco, 186.

PRÓXIMAS ATIVIDADES:

ATO PÚBLICO DIA 22/08 - SÁBADO 15HS - PÇA DA MOÇA - CENTRO DE DIADEMA;

VENDE DE BÔNUS PARA CONTRIBUIR FINANCIERAMENTE COM O COMITÊ (PAPEL PARA PANFLETOS, ETC)

A IX CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO COMITÊ DE ENLACE

Nos dias 17, 18 e 19 de julho, se realizou a IX Conferência das organizações trotskistas do Brasil, Argentina e Bolívia em Santa Cruz de La Sierra. O temário constou de uma análise pormenorizada da situação de cada país, de um balanço de atividades do Comitê de Enlace e do 3o. Boletim Internacional. Cada ponto foi seguido de resoluções, cabendo destacar aquelas que objetivam fortalecer o trabalho de estruturação do trotskismo, expressão do internacionalismo proletário de nosso tempo.

Destacou-se como importante passo o esforço que as organizações brasileiras e argentinas estão fazendo no sentido da elaboração programática, sem a qual não há como desenvolver o partido marxista, principalmente no quadro de bancarrota do capitalismo, desagregação do estalinismo, agudização da luta de classes e decomposição oportunista dos revisionistas do trotskismo.

Estamos de acordo com a colocação do POR boliviano de que "apesar das enormes limitações, o Comitê de Enlace é um ponto de referência revolucionária em meio a um panorama desolador". Tal panorama se refere à adaptação cada vez mais aberta das correntes que auto-intitulam de marxista-trotskyista ao democratismo e às pressões do imperialismo, abandonando a luta pelo programa da revolução e ditadura proletárias e pela reconstrução da IV Internacional, regida pelo centralismo democrático.

Sabemos perfeitamente que esta limitação do internacionalismo se deve à crise histórica de direção, que tende a ser resolvida pelo proletariado revolucionário. A atuação da vanguarda no sentido de organizar o partido internacionalista é decisiva para dar expressão consciente às tendências instintivas das massas exploradas em liquidar com o sistema de exploração do trabalho.

Finalmente, ressaltamos a importância da saída do Boletim nr. 3, por servir de instrumento político da luta internacionalista.

BOLETIM INTERNACIONAL NR. 3 DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

A T-POR já iniciou a campanha de divulgação do BI nr. 3. O seu conteúdo reflete as bandeiras:

Diante da barbárie capitalista: Viva a REvolução Socialista Mundial!

A crise da humanidade é a Crise de Direção Revolucionária!

O estalinismo está morto, viva o trotskismo!

Diante da restauração capitalista nos Estados operários degenerados: Revolução Política!

ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 · CEP 01059-970 · SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 575 · AG. CENTRAL · RECIFE · PE · CEP 50001

AMPLIA-SE A CRISE INTERBURGUESA

Nesta fase final dos trabalhos da CPI, a crise política do governo Collor se agrava. A luta interburguesa pelo impeachment do presidente ou pela sua manutenção se dá em torno de quem terá o controle do poder do Estado. A crise ministerial recolocada pela saída de Goldemberg é um reflexo do choque das forças burguesas pela conservação ou mudança de Collor. O ministro da Educação ocupou o cargo na crise de abril, representando a presença do PMDB no governo.

A alta cúpula peefelista, tendo no comando o governador da Bahia Antonio Carlos Magalhães, iniciou uma ofensiva "condicional" de sustentação de Collor neste momento crucial de revelação dos resultados da CPI, objetivando colocar os mecanismos centrais de direção do Estado nas mãos do PFL. A posse do novo ministro da Educação constituiu num ato político do PFL, que deixou evidente que tudo fará para que Collor permaneça figurativamente no governo e que a oligarquia peefelista se constitua na espinha dorsal da política econômica.

Desde a reformulação ministerial de abril, Antonio Carlos Magalhães investiu contra a diretriz econômica, colocando em questão a permanência do ministro Marcílio Marques Moreira. O choque aberto nestes dias entre o PFL e Marcílio colocou duas alternativas: ou o ministro da economia segue as ordens de Antonio Carlos Magalhães ou terá que ceder seu lugar.

O PFL se constitui na única força capaz de conter o impeachment, uma vez que a cúpula militar não tem se colocado pela defesa do governo desmoralizado. É através do controle da máquina do Estado que os partidos burgueses lutam entre si, para restabelecer a estabilidade do regime político.

Numa situação em que a classe operária se encontra paralisada e à margem da disputa interburguesa, é possível que a fração PFL trabalhe contra a unificação da burguesia pela remoção do governo. Enquanto o destino de Collor estiver puramente na dependência do jogo parlamentar é mais provável que o PFL consiga contornar o objetivo da oposição de chegar ao impeachment. A bancarrota de Collor afeta as relações políticas estabelecidas nestes dois anos de mandato, uma vez que seu afastamento favorece a oposição. É por isso que Antonio Carlos Magalhães diz: "Se houver crime de responsabilidade de quem quer que seja, será examinado e depois vamos ver as conveniências e as lutas políticas que se travam por trás desta falsa moralidade" (O Estado de São Paulo - 06.08).

A exigência de alguns dirigentes do PSDB de que o ministro Lafer e o secretário Jaguaribe renunciem é parte das manobras a favor do impeachment. O mesmo se passa com a aliança de Lula com Quéricia, voltada a pressionar o PFL e o PDT a renunciarem ao apoio a Collor. Trata-se para a oposição de desagregar o máximo as relações de força de sustentação de Collor.

A manifestação recente dos peefelistas na posse do ministro Eraldo Tinoco indica que dificilmente os resultados da CPI irão revelar toda a verdade da corrupção e do narcotráfico a que está envolvido o presidente da República. É evidente o consentimento do presidente da CPI Benito Gama a esta linha de Antonio Carlos Magalhães.

Porém, caso as oposições consigam expor o suficiente da podridão para criar uma comoção no seio da burguesia e perante a pequena burguesia, é possível que se aprofunde a divisão existente no PFL. A renúncia pública do governador de Pernambuco (PFL) Francisco Joaquim, indica a

possibilidade da oposição burguesa ganhar terreno a favor do impeachment. No PDT, o choque interno tem se ampliado entre os seguidores da diretriz de Brizola e os que consideram que a CPI deve ir até o impeachment.

Collor cede tudo ao PFL para que a relação de força que o mantém continue a vigorar até o final do desfecho da crise. A posição decisiva do oligárquico PFL para o destino de Collor está na razão direta do fato do grande capital estar a favor da permanência da política do governo, ditada pelo imperialismo. Todo o processo de corrupção envolve grandes corporações capitalistas, como Odebrecht, Camargo Correa, Votorantim, etc. Uma boa parte da acumulação do capital se dá em torno do parasitismo estatal da burguesia nacional, o que a torna politicamente débil para remover seu próprio governo.

UMA CRISE DO ESTADO

Temos assinalado que a desagregação do governo Collor expressa a crise de regime político, ou seja, a crise do Estado burguês, que se encontra em contradição com a necessidade de desenvolvimento das forças produtivas, enquanto está colocado a serviço de sua destruição, seguindo as pressões do imperialismo e dos setores mais reacionários do grande capital e da oligarquia nacionais. A brutal corrupção que envolve bilhões de dólares e o fenômeno recente do crescimento da influência do narcotráfico no poder estatal são expressões estruturais do regime capitalista decadente. Não se diferenciam do extraordinário parasitismo da especulação financeira legalizada pelo Estado e pelas relações internacionais impostas pelo imperialismo (dívida externa).

É fundamental entender que a crise de regime se manifesta na forma da inviabilidade da democracia burguesa de se implantar e ser o instrumento de solução das contradições estruturais do capitalismo. A crise de Collor é a crise da democracia burguesa, ao contrário do que afirmam os porta-vozes do imperialismo, ao dizerem que a atitude das forças políticas frente a quebra do governo é a prova de fortalecimento das instituições democráticas, que por sua fortaleza teme evitado uma crise institucional, que significaria instabilidade do próprio Estado e não só do governo. Na realidade, a instabilidade estatal se manifesta plenamente porque o proletariado se encontra contido pela política burguesa, traduzida nas mais variadas tendências da burocracia sindical.

A BUROCRACIA SINDICAL TRABALHA PELA SOLUÇÃO BURGUESA

No último período tem prevalecido a linha de colaboração de classe da principal Central Operária, que é a CUT. Basta se ver que até pouco tempo o PT, hegemônico na direção da CUT, se colocava pela estabilidade do mandato de Collor, como fator de estabilidade da democracia burguesa. Com a explosão do escândalo, o PT e a CUT se colocaram na dependência da luta interburguesa em torno do impeachment. A política da Central não depende da vontade das massas e sim da CPI.

O silêncio do movimento operário é fundamental para que a crise da democracia burguesa não se aprofunde plenamente. A negativa dos sindicatos em travar o combate contra as demissões em massa, o arrocho salarial e as privatizações tem sido decisiva para manter os trabalhadores à distância da crise do poder burguês. Esta negativa tem sido implementada pelas negociatas com o grande capital e

com o governo através das Câmaras Setoriais (acordo das montadoras, etc) A burocracia sindical da CUT chegou ao ponto de renunciar à campanha salarial dos metalúrgicos em nome da manutenção do nível de emprego, depois de ter havido milhares de demissões, e que agora culmina com uma nova ofensiva de desemprego em todo o país, inclusive no ABCD (Cofap e Brastemp). O segredo da estabilidade democrática propagandeada pela burguesia está justamente no poder de controle ainda existente da burocracia pelega sobre os sindicatos e as massas. É parte desta situação as manobras de campanha eleitoral para as prefeituras, utilizadas para desviar a atenção dos trabalhadores dos reais problemas que os afetam.

A IMPOTÊNCIA DA ESQUERDA RADICAL DEMOCRÁTICA

A esquerda radical democratizante (Causa Operária, Convergência Socialista) não consegue entender o amplo significado da crise do regime político e a inserção das forças burguesas e pró-burguesas no processo da crise da democracia burguesa. Frente à bancarrota do governo propõe como solução a via democrática, levantando a bandeira da democracia formal, ou seja, da convocação imediata de eleições gerais. Apoiam-se no falso argumento de que as massas lutariam por tirar Collor através da reivindicação eleitoral. Certamente, não podem compreender a crise da democracia burguesa (de regime político). Não podem porque não vêm elaborando a linha política programática da revolução e ditadura proletárias. Desta forma, têm a crise de Collor como um acontecimento conjuntural e confluem para o interior das forças pró-burguesas, cuja estratégia de solução para a quebra do governo é a da democracia e da legalidade constitucional.

As correntes esquerdistas que defendem Fora Collor e eleições gerais não têm força social suficiente para expressar sua variante democratizante para a crise. A sua importância está em que barram a evolução da vanguarda, que vem rompendo com a camisa de força da estratégia petista, essencialmente eleitoralista. A cegueira dos radicais democráticos chega ao ponto de levá-los a se contraporem à campanha pelos Tribunais Populares e pela bandeira inequívoca de Abaixo o governo antinacional, antipopular e corrupto de Collor! Acreditam estar se contrapondo à burocracia sindical, ao PT e aos partidos burgueses levantando a saída das eleições.

DEFENDER A LINHA DE INDEPENDÊNCIA DE CLASSE

Os fatos têm demonstrado que a burguesia mantém a total iniciativa das soluções e que de forma alguma a defesa da democracia formal é incompatível com tal situação. Ao contrário, levar as massas a proposta dos Tribunais Populares, conjugado com as reivindicações vitais dos trabalhadores significa criar condições para a classe operária se emancipar da política democrático burguesa de solução da crise e trilhar o caminho revolucionário da ação direta. Cabe-nos explicar que a crise é da democracia burguesa e que toda tentativa de solução pela via democrática é um desvio para que as massas não assumam por si próprias seu papel social na luta de classes.

TRIBUNAIS POPULARES PARA PÔR ABAIXO O GOVERNO ANTINACIONAL, ANTIPOPULAR E CORRUPTO

O escândalo de corrupção já se tornou uma novela. Inúmeros parlamentares, inclusive membros da CPI estão sob suspeita de também terem recebido cheques do Sr. PC Farias. Grandes grupos econômicos e bancos estão envolvidos com a lavagem de dólares e com a rede criminosa, que tem no ápice o presidente da República. A falsificação da operação Uruguai acabou por revelar as ligações de Collor com o submundo do crime organizado. Apesar de toda podridão e imoralidade serem expostas, o destino de Collor está nas mãos da CPI e do Congresso, que por sua vez dependem dos corrompidos e interesseiros políticos do PFL, PDS, etc.

O rei dos corruptos, o Sr. Orestes Quêrcia, por sua vez, se destaca no pedido de impeachment de Collor, quando deveria ser o primeiro a ser varrido do cenário. Como vemos, trata-se da desintegração de conjunto da burguesia parasitária.

Frente a tal fenômeno, a tarefa não é de fazer uma campanha pela ética e moralidade, como tem lançado a CUT, em conivência com a CNBB, OAB, ABI, tampouco defender eleições gerais.

Os trabalhadores não podem se deixar enganar pelos moralistas pequeno-burgueses que surgem como campeões da honestidade e da ética.

É necessário não se deixar arrastar pela política do PT de convencer Leonel Brizola e Antonio Carlos Magalhães a saltar fora do barco. A colocação de Lula de que "o jogo, agora, é matemático ou deixamos as diferenças de lado e subimos no palanque juntos, ou não conseguiremos a tão sonhada maioria de dois terços do Congresso para aprovar o impeachment" reflete bem a linha de subordinar os trabalhadores ao jogo matemático, que depende do PFL, PDT, etc.

Contra esse servilismo às instituições decadentes do Estado, as massas têm de levantar seus organismos próprios de julgamento e decisão. Há que se convocar os Tribunais Populares, nascidos da mobilização e das entranhas do movimento de massa. Não se trata simplesmente de punir alguns representantes da quadrilha do Estado, mas sim de varrer o governo burguês e desenvolver a luta pelo fim do capitalismo.

**Nas eleições municipais,
Voto Nulo !
Pela sobrevivência dos trabalhadores e suas famílias !
Pelo Partido Operário Revolucionário !**

POR QUE NÃO SURGEM OS TRIBUNAIS POPULARES?

As esquerdas descrentes da via revolucionária consideram abstrata a bandeira de Tribunais Populares, reduzindo assim a pó seu rebuço a solução parlamentar e a CPI fraudulenta. Não é por acaso que se valem como tábua de salvação da bandeira de antecipação das eleições gerais, consideradas por elas como o concreto e o que mobiliza não conseguem atinar que os Tribunais Populares não surgem porque a burocracia sindical da CUT, CGT, PS barram a sua colocação e mantêm sob controle a direção dos sindicatos.

As massas estão sendo mantidas afastadas do centro da crise do regime político e, somente agora, nos últimos dias de funcionamento da CPI, a frente burguesa pelo impeachment tem feito algumas manifestações ultra-controladas.

Então não é que é abstrata a bandeira dos Tribunais Populares. O correto é dizer que se esbarra na direção pró-burguesa do movimento operário, representada pela burocracia politicamente corrompida pelo convívio com o parlamento, salas de reunião da APEESP, gabinetes do Estado e reuniões das Câmaras Setoriais.

A força revolucionário do proletariado ainda não tem expressão social e a esquerda radical democratizante

vem contribuindo para obstaculizar o seu desenvolvimento. Eis porque dizemos que para os Tribunais Populares se erguerem e necessário combater o controle da burocracia pró-capitalista.

UM EXEMPLO DE DEFESA DOS TRIBUNAIS POPULARES

Na assembléia regional oeste de São Paulo, da APEOESP, saiu vencedora a proposta de campanha pelos Tribunais Populares. A Articulação fez o impossível para convencer que se tratava de defender a ética na política e o impeachment. Entretanto, uma parcela dos professores compreendeu perfeitamente o argumento porrista de que somente os trabalhadores têm real interesse em julgar e punir com a derrubada do governo corrupto, que vem impondo fome e miséria por todo país.

A votação majoritária pelos Tribunais Populares é a prova de que as massas poderão concordar plenamente com essa linha de ação, bastando que tenham a oportunidade de conhecê-la e discutí-la. É isto que a CUT e o conjunto dos sindicatos deveriam realizar. Portanto, que convoquem as assembléias para discutir a crise do governo, a formação dos Tribunais Populares e a luta pelas reivindicações elementares dos assalariados.

COMEÇAM AS MANIFESTAÇÕES DE RUA É NECESSÁRIO ROMPER COM A LINHA DO IMPEACHMENT

Em São Paulo, o movimento pela Ética na política, tendo a frente a CUT, fez no dia 8 um ato com 10 mil; no dia 11 os estudantes secundaristas realizaram uma grande passeata. No Rio, saíram às ruas mais de 15 mil manifestantes. Estão previstos atos para o dia 25, data em que termina o prazo da CPI para publicar os resultados.

A disposição de mobilização dos trabalhadores e da juventude se evidencia, embora a desconfiança na CPI e no Congresso seja grande e contribua para duvidar da seriedade da direção. Depois de tanto tempo de escândalo sobre escândalo, somente às portas da finalização da CPI, o PT e a CUT vieram a promover atos. Isto depois que receberam o consentimento dos partidos da oposição burguesa (Quêrcia, Jeressaiti) e de instituições ligadas ao Estado (OAB, ABI, CNBB).

Esta posição imobilista resulta do objetivo de remover Collor através da legalidade constitucional. As manifestações ocorridas demonstraram que sua direção pretende apenas se utilizar da pressão popular limitada para demover o PFL e o PDT de bloquearem a maioria de dois terços, necessária

para o impeachment.

Se já houvesse os votos suficientes para afastar Collor, certamente o PT e a CUT se contentariam em comunicar pela televisão o resultado. É esta linha burguesa que tem afastado a classe operária de se manifestar e comparecer como a força social capaz de derrubar o governo corrupto.

Da mesma forma, as mobilizações ocorridas mostraram sua limitação a legalidade do impeachment. Os trabalhadores são chamados às ruas não para pôr abaixo o governo, mas sim para apoiar a oposição burguesa para que consiga maioria parlamentar. De antemão, o afastamento de Collor não depende das massas, que padecem a fome e a miséria, e sim dos partidos patronais, que sustentam a exploração e mesmo a corrupção generalizada.

A manutenção desta orientação frustrará a capacidade de luta dos assalariados e da juventude. Está colocada a tarefa de defender: Nenhuma confiança na CPI e no Parlamento! Nenhuma ilusão no impeachment! Toda força à convocação dos Tribunais Populares! Sair às ruas pelo Abaixo o governo antinacional, antipopular e corrupto!

Adquira os livros de Guillermo Lora com o distribuidor deste jornal:

Liberacion de las Naciones Oprimidas	20.000,00
De la Crisis de las FFAA	25.000,00
Vencer al Atrazo y al Hambre	25.000,00
Hacia la Dictadura del Proletariado	25.000,00
El Partido y su Organizacion	25.000,00
Las Masas han superado al Nacionalismo	15.000,00
Historia de las Cuatro Internacionales	25.000,00

Derrumbre de la Burocracia Stalinista	20.000,00
Cual es el Partido Revolucionario	20.000,00
Teses de Pulacayo	3.000,00
Resposta ao impostor Moreno	5.000,00

Os preços vigorarão até o fim de agosto
Peça pela Caixa Postal Nº 01171 - CEP 01059-970 - São Paulo

A CRISE ECONÔMICA E O MOVIMENTO OPERÁRIO

A crise econômica no país vem se agravando. A própria burguesia já cogita a elevação da taxa de inflação de 22 para 30%, nos próximos 2 meses. As grandes indústrias continuam funcionando com 75% de sua capacidade produtiva, aumentando assim a taxa de desemprego. O caso mais recente é do grupo Refripar, que congrega fábricas como Prosdócimo, Sanyo, White Westinghouse, onde prevendo a queda no faturamento de US\$ 360 milhões em 91, para US\$ 280 milhões neste ano, já acena com mais demissões. A Brastemp é outro exemplo.

Ao mesmo tempo em que há redução de produção, base de sustentação do regime capitalista, avoluma-se a especulação financeira. Os certificados de depósitos bancários de 30 dias alcançaram juros de 33,06%. O dólar paralelo vem fechando com agio de 10% sobre o comercial.

A burguesia nacional diante desse quadro de paralisia nas indústrias, lideradas pela FIESP, vem exigindo do governo a aplicação de um "plano de emergência", baseado na redução da taxa de juros de empréstimos e de um alargamento dos prazos previstos para baixar as alíquotas de importação.

A burguesia nacional é incapaz de resolver a crise econômica que assola o país, pois a sua origem não está na "crise" política em torno do governo, como afirmou Nelson Freire, presidente da Abinee (Associação Brasileira de Indústrias Eletro-Eletrônicas), e sim na crise estrutural do regime capitalista. Os países imperialistas vêm impondo às economias débeis, como a do Brasil, a destruição de parte de suas forças

produtivas, através do sucateamento da economia, da abertura do mercado nacional para a invasão dos produtos externos e da privatização dos setores chaves. É parte da política pró-imperialista, aplicada por Collor, o esmagamento das condições de vida das massas e quebra de conquistas sociais, como a aposentadoria por tempo de serviço, etc.

Nesse quadro de profunda desagração da economia são os assalariados que vêm arcando com a crise capitalista. O salário mínimo ficou congelado por 4 meses, no miserável valor de 230 mil. Agora o governo o reajustará para 510 mil, mantendo a superexploração. E as demissões vêm ocorrendo abertamente.

Enquanto isso, as burocracias sindicais, ao invés de impulsar o movimento operário contra os exploradores, faz acordos com o governo e os empresários no sentido de salvá-la, paralisando o movimento operário através da tática de demissões voluntárias e renúncia da luta por reposições das perdas.

Sem romper esse quadro de paralisia do movimento grevista, a crise continuará a ser descarregada sobre os assalariados. Impõe-se levantar a bandeira do salário mínimo real (2 milhões), reposição das perdas, readmissão dos demitidos, redução da jornada de trabalho sem redução salarial para que todos trabalhem. Defendemos que a CUT abandone imediatamente sua política de apoio a setores do capital que exigem benefícios do governo, e se lance numa campanha nacional em defesa da vida das massas.

AUMENTO DAS TARIFAS PÚBLICAS: IMPOSIÇÃO DO IMPERIALISMO

Os preços das tarifas públicas continuam subindo.

Segundo pesquisa do PROCON feita em São Paulo, sobre os preços e tarifas de produtos e serviços públicos, nas esferas municipal, estadual e federal, as tarifas ganham da inflação, registrando a TR de 174,1%, período acumulado de janeiro a junho.

O óleo diesel subiu 325,1%, a ficha telefônica DDD, 300%, o Sedex 279,12%, a ficha local 276,62%; o impulso 275,38%, o bilhete EMTU múltiplo de 10 230,35%.

Os combustíveis, álcool e gasolina, no começo do mês, já sofreram um reajuste acima da inflação de 3,8%. A secretária Dorothea Werneck disse que a energia elétrica sofrerá novo reajuste a partir desse mês, pois a mesma não acompanhou a inflação do período anterior!

O argumento constante das tarifas públicas, que vem pesando muito na subida da inflação, faz parte do acordo firmado entre o governo e o FMI, de

elevá-las em 15% acima da média alcançada de 91. Além disso, o governo está preparando o saneamento dos serviços públicos antes de privatizá-los e entregá-los aos imperialistas.

E a tendência é de se elevar mais ainda os preços, principalmente porque o governo corrupto não conseguiu nesse semestre conter o déficit público, que já ultrapassou Cr\$ 50,9 trilhões e ainda falta abrir os cofres para os seus comparsas partidários. O governo entreguista e corrupto para honrar os compromissos com o imperialismo e manter a classe burguesa interna colapa ainda mais os assalariados, que já não suportam mais carregar a crise capitalista, com o profundo arrocho salarial, o desemprego, a alta do custo de vida, etc.

A luta por tarifas mínimas é parte da luta contra a privatização dos serviços públicos e a opressão imperialista, engajando-se numa campanha nacional de luta em defesa do emprego e salário mínimo vital.

Não às condenações e prisões políticas de Boni, Romildo e Tonhão !

Defender as lideranças e os movimentos !

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DIREITA E ESQUERDA ELEITORAL

Em São Paulo, as pesquisas de opinião pública colocam a disputa entre o direitista PDS e o reformista PT. Embora se saiba que esta intenção de voto diz muito pouco e que o PMDB logo mais jogará pesado com a máquina do Estado a favor de Aloysio, as esquerdas pró-PT já correram a propagandear o velho argumento do PCB (do estalinismo) de que é preciso derrotar a direita nas urnas. Existem aqueles que justificam a necessidade do voto crítico no PT contra o malufismo. Admitem o voto nulo apenas no 2o. turno, caso fiquem o PDS e o PMDB. Certamente, nesta hipótese, o próprio PT chamaria o voto no PMDB, com o mesmo argumento de derrotar Maluf e fortalecer o campo progressista. Como vemos, se maneja as posições político-eleitorais conforme os interesses. Trata-se de uma armadilha.

Em todas as circunstâncias, principalmente as eleitorais, é necessário expor o conteúdo de classe dos partidos. A noção de direita e esquerda quase sempre serve para obscurecer a política de classe das forças em disputa pela máquina estatal. O malufismo e o quercismo são variantes da burguesia. E o PT? Poderíamos dizer que expressa uma fração do capital? A resposta é que não diretamente. Expressa mais bem a pequena burguesia, classe impotente por si só para enfrentar a crise capitalista.

E em que condições o PT reflete a relação entre as classes? Por seu programa e sua política democrático-parlamentar joga o papel de instrumento de pressão da pequena-burguesia sobre as instituições do poder do Estado. Não é por acaso que sua direção aspira obter o apoio de uma parcela do capital nacional para contrabalançar com o grande capital coligado ao imperialismo e às oligarquias regionais.

No quadro de putrefação capitalista e da agudização da luta de classes, trabalha por limitar as concessões ao imperialismo e por realizar algumas reformas sociais

mesquinhas. Com o apoio do proletariado, o PT está destinado a assegurar a permanência do capitalismo. A burguesia interna e a social-democracia internacional vêm com bons olhos a projeção de um partido popular de conciliação de classe. Enquanto puder estar à direção dos explorados, se constituirá numa barreira para o desenvolvimento do partido operário revolucionário.

A purificação de suas fileiras com a expulsão das correntes e a sua aproximação completa dos partidos de oposição burguesa, bem como sua conduta parlamentar de oposição consentida pelo executivo, elevaram a confiança dos capitalistas no PT, um mal necessário diante da desmoralização dos seus partidos tradicionais.

A administração municipal do governo democrático e popular de Erundina (caracterizado ultimamente como repressivo e antipopular) é a demonstração de que a esquerda eleitoral se torna a direita uma vez no poder, pois o que determina sua conduta é o conteúdo de classe de sua política. Erundina mostrou sobrejamente como os reformistas se adaptam cada vez mais fundo nas relações capitalistas do Estado e se transformam em repressores abertos da luta das massas (greve dos condutores, ocupações de terra, etc). Como vemos, o conceito de esquerda e direita não resiste para justificar o voto no PT e combater a tendência de voto nulo presente nas massas, inclusive desde as eleições passadas.

O fato é que nestas eleições temos um PT, direcionado para a colaboração de classe. Chamar o voto nele é potencializar sua trajetória de integração no Estado. A ausência do partido revolucionário obriga a vanguarda a defender o voto nulo programático. Neste caso, expressa a luta pela independência de classe do proletariado. O voto crítico das esquerdas é um vergonhoso apoio à armadilha eleitoral-demagógica. Reflete submissão política à democracia burguesa.

Eleições Municipais RIOS DE DINHEIRO EM DIADEMA

A somatória dos gastos declarados pelos partidos com as eleições chega a 2 bilhões de cruzeiros. Isto é o que oficialmente se revela. Dos 2 bilhões, o PT comparece como o partido que mais gastará. São nada menos do que 500 milhões. Provavelmente, não faz parte deste cálculo a propaganda do prefeito José Augusto com os enormes outdoors que dizem a gestão petista ter eradicado 108 favelas com a urbanização.

Vendo os muros pichados, os cartazes que cobrem toda a cidade, os milhões de panfletos, etc, temos a evidência de uma milionária campanha eleitoral. Ressalta o fato de Diadema estar formada de dois terços de favelados e semifavelados. O município de rica zona industrial do ABCD é um bolsão de pobreza e miséria, que espelham a superexploração e o desemprego.

O governo democrático e popular do PT, dirigido por José Augusto, se comportou como um grande adversário das ocupações de terra, reprimindo os sem-teto do Buraco do Gazuza e auxiliando na brutal repressão militar à Vila Socialista. A administração petista é responsável pelo processo sobre Manoel Boni da T-POR, Antonio Justino (vice prefeito pelo PT, do grupo independente) e Romildo Raposo da CS.

A candidatura de Gilson Menezes pelo PSB também está marcada pelo seu passado de ex-prefeito petista, além do caráter de classe burguês do PSB. Embora tenha tido uma posição correta de rechaçar as condenações, um dever elementar de quem sofreu na pele a repressão policial quando era dirigente das greves do ABC, não é suficiente para marcar uma posição de independência e luta de classes. Os compromissos com a política burguesa são evidentes.

De posse de muito dinheiro, as candidaturas têm procurado polarizar a atenção dos explorados. A camada mais revoltada e consciente se expressará através do voto nulo. A T-POR procura tornar consciente esta revolta, chamando o voto nulo programático e a construção do partido operário revolucionário.

BRASTEMP: VICENTINHO ESQUECEU DOS TRABALHADORES

Ao ser notificado do fechamento da fábrica 1 da Brastemp e da possível demissão de 756 operários, Vicentinho tomou uma medida de "força": chamou imediatamente uma reunião com os empresários, com Fleury e Erundina. E os trabalhadores? Desses, Vicentinho, "esqueceu" piedosamente.

O resultado dessa reunião foi, no mínimo, hilário. Vicentinho exigiu da direção da Brastemp que revisse as demissões ao que os diretores responderam com um sonoro "não". Fleury disse que não podia fazer muito, mas ia tentar, Erundina disse que não ia fazer nada "porque estava numa situação difícil com o TCM", mas que daria todo apoio "moral" aos demitidos (Diário Popular 17.07).

Enquanto isso os 756 funcionários foram colocados em licença remunerada até 30/08 e a empresa anunciou também o fechamento da fábrica 2, mantendo aberta apenas a fábrica 3 (motores).

Mas Vicentinho não desistiu, chamou outra reunião com os empresários para negociar dizendo que "não poderia segurar mais os trabalhadores por muito tempo" (Diário Popular 23/07).

Pressionado, por um lado, de não conseguir realizar o "sonho" de sindicato único no ABC se não tomasse uma posição concreta de defesa dos trabalhadores e, por outro lado, pelos empresários que ameaçavam dar um tiro de misericórdia no sindicato único se não conseguisse conter os trabalhadores, Vicentinho levou nesta reunião uma proposta aprovada pelos patrões, que é a seguinte:

1 Demissão só em 30/08 (prorrogação da licença remunerada);

2 8 salários extras no conjunto das indenizações;

3 Plano de demissões voluntárias;

4 Manutenção do convênio médico e cesta básica por mais 3 meses.

O único item rejeitado da proposta foi a transferência dos demitidos para Semer que também pertence ao grupo Brasmotor.

Depois do acordo fechado, pela primeira vez em quase 30 dias, Vicentinho chamou uma assembleia dos trabalhadores para comunicar a decisão da empresa alegando que era "melhor isso do que nada". A assembleia, controlada pelos burocratas, aprovou.

Vicentinho parece não se lembrar que trabalhador precisa de emprego e não de esmola, que o desemprego hoje significa, em média, 8 meses de "prateleira", que a crise que avança como fera sobre os trabalhadores não foi provocada por eles, mas pela decomposição das relações capitalistas de produção.

Montar cenários para a realização de projetos pró-burgueses de conciliação de classe significa um atentado contra a vida das massas.

Os operários da Brastemp devem voltar-se contra esta burocracia criminosa dos metalúrgicos e levantar a bandeira de ocupar a fábrica e resistir, levando esta bandeira a nível mais geral para evitar um isolamento derrotista.

Diante do fechamento da Brastemp e das demissões, ocupar as fábricas! Contra os ataques patronais, generalizar a luta contra o desemprego por todas as fábricas! Fora com as soluções pró-capitalistas da burocracia sindical! A greve com ocupação é nossa arma! Chega de desemprego e traição!

PORTUÁRIOS: APONTAR VIAS CONSEQUENTES DE SOLUÇÃO PARA A LUTA CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES.

Diante das privatizações dos portos, a direção sindical novamente se dirige as negociações com o Congresso Nacional. Afinal, o que resolve os problemas dos trabalhadores? Serão "lobbies", "abraços", greves "pipoca", os chamados "direitos trabalhistas"? Não. Porque nenhum destes métodos faz parte dos métodos de luta da classe operária, que se baseia na ação direta e unitária de massa.

Entretanto, estes são os métodos utilizados pela burocracia que controla os portuários. É onde levam estes métodos? Vejamos por partes:

1 O lobby é a utilização de pessoal especializado para "compra" de parlamentares para que não aprovem o projeto de privatização dos portos. Ou seja, é a tentativa de romper corruptos;

2 Os "abraços" nos portos são a concretização da fantasia burocrática de comover a burguesia e ridicularizar os trabalhadores. A mesma burguesia que precisa privatizar para agradar seu "dono" imperialista e auxiliar na recolonização do Brasil;

3 Greve "pipoca" é o método utilizado pela burocracia para quebrar a disposição de luta dos portuários. Através de várias paralisações isoladas de 24 horas, consegue desarticlar um movimento que pede a greve geral. Com isso satisfaz a gregos e troianos: não impede que os trabalhadores deem vazão ao seu instinto de luta, mas o contém dentro de limites suportáveis para a burguesia. E haja conciliação!

A derrota é certa, pois

enquanto a burguesia age centralizada através do Estado e das forças policiais, os trabalhadores comparecem divididos e estilhaçados.

4 Os "direitos trabalhistas" que o sindicalista Mário Teixeira diz terem sido traídos (Diário Popular, 11-07), na verdade, é a legislação que a burguesia "achou" para ter plenos poderes sobre as forças produtivas em troca de esmolas como 13o. salário, férias, etc.

A CLT surge no governo Vargas, já como meio de conter a luta de classes e favorecer a exploração capitalista. Ou seja, o "legalismo" implorado pelo sindicalista é mais um nó-de-carrasco na corda que já está no pescoço dos portuários.

Então, o que resolve os problemas dos trabalhadores, senão a ocupação dos portos com controle operário, a luta sem trégua contra as privatizações, a luta pelo fim do governo opressor de Collor através da ação direta, a greve geral por tempo indeterminado unificada com todas as categorias, longe do isolamento imposto, hoje, pela burocracia?

Nada substitui esta via de ação.

O que burocracia faz é traição!

Os trabalhadores devem dizer NÃO a esta segunda tentativa da burocracia de quebrar o movimento contra a privatização! NÃO ao governo corrupto e entreguista do fantoche Collor! Pela greve geral por tempo indeterminado! Pela independência de classe!

VOLTA REDONDA VENCE A FORÇA SINDICAL

A vitória da chapa 4, dirigida por Luis Carlos Rodrigues, com 8.101 votos colocou o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda nas mãos da burocracia pró-imperialista da Força Sindical. Trata-se de um acontecimento que repercutirá gravemente no movimento operário nacional. É necessário lembrar que foi nesta gigantesca estatal que ocorreu uma das ocupações de fábrica mais contundentes do país, dissolvida apenas pela invasão militar e assassinato de trabalhadores.

A chapa 1, vinculada à CUT, obteve 6.771 votos, perdendo pela diferença de 1.330 votos. E a chapa 3, dirigida por Carlos Alexandre Honorato (Cerezzo), militante de Causa Operária, alcançou pouco mais de 400 votos.

Segundo Cerezzo, o resultado eleitoral de Volta Redonda "não pode ser analisado do ponto de vista dos números apontados, que não têm nada a ver com a realidade da categoria, mas que são fruto de mais uma operação fraudulenta dos patrões..."

O que nos chama a atenção é como foi possível a Força Sindical fraudar as eleições, quando na direção do sindicato estavam os integrantes da chapa 1 da CUT. Cerezzo responsabiliza os cutistas por conivência ao não impor algumas medidas de segurança que, paradoxalmente, serviu para sua própria derrota. Há provas evidentes indicadas por Cerezzo de fraude em várias urnas, como a presença de cédulas em xerox.

Pela explicação do mi-

litante de Causa Operária, a fraude não serviu apenas para dar vitória à Força Sindical, mas também para demoralizar a chapa 3, que ficou ultraminoritária com o acanhado número de votos. Entretanto, é importante dizer que (e isto é fundamental) a possibilidade de fraude não descarada como a descrita por Cerezzo reflete a pouca organização dos operários no interior da fábrica, que não puderam resistir às demissões massivas e à brutal perseguição política da vanguarda, ocorridas antes das eleições. E não puderam responder ao chamado existista da chapa de Cerezzo ("A luta metalúrgica já é vitoriosa nestas eleições. Wagner e o Formigueiro estão derrotados na consciência dos operários. Só a fraude bem sucedida evitará a nossa e a sua vitória contra a privatização da CSN, a demissão de milhares...") Fique atento, levante-se e aja contra a fraude e a pressão criminosa de Procópio).

Com a vitória da Força Sindical, caso a campanha pela anulação das eleições não tenha êxito, os operários iniciarão uma nova experiência com a burocracia entreguista. Há que se trabalhar por estruturar uma fração revolucionária bem implantada no interior da CSN, que seja capaz de responder à luta de classes em todas as suas manifestações. Trata-se de um trabalho paciente, compenetrado e sem exitismo propagandístico.

Ocupação no INCRA

No último dia 02/08, ocupantes de IPERÓ e do Pontal do Paranapanema ocuparam a sede do INCRA em São Paulo.

Reivindicavam do INCRA a solução dos assentamentos das quase 2.500 famílias ocupantes de Iperó e Pontal.

A porta-voz dos movimentos, Deise Evangelista (coordenadora de IPERÓ) exigia uma posição do INCRA sobre o problema que vem se estendendo há 4 meses em IPERÓ e 8 meses no Pontal.

O assentamento de centenas de famílias se transformou num jogo de empurra-empurra entre INCRA, IBAMA, Ministério da Agricultura e governo estadual.

Enquanto isso as famílias vivem em condições subhumanas, crianças morrendo de pneumonia, incêndios criminosos, ameaça de despejo, permanente cerco da PM, etc.

Após 2 dias, os ocupantes saíram do INCRA e Deise Evangelista dizia que tinham alcançado uma vitória: uma promessa de assentamento em outra área num prazo máximo de 30 dias.

Mais uma promessa e mais uma agressão.

Os ocupantes já estão produzindo nas áreas em que se encontram, já conseguiram criar uma infraestrutura mínima. Então, por que ceder e aceitar a

transferência para outra área? Por que procurar soluções institucionais para o problema da terra? Se a via já foi encontrada desde o início do movimento, com a bandeira de ocupar, resistir e produzir?

O problema está em que o MST apenas assumiu esta bandeira porque foi a determinada por Sarney e por Collor no seu projeto de reforma agrária: ocupar, produziu então é desapropriar e indenizar os latifundiários. Ou seja, o próprio movimento coordenado pelo MST já começou pelo legalismo: se Collor vai deixar, então vamos ocupar.

Significa dizer que hoje o movimento está atrelado aos humores da burguesia e eis porque o MST não consegue dar uma direção conseqüente aos movimentos, ou seja, não procura se constituir como direção física dos ocupantes na busca da independência de classe, prefere esperar que a burguesia dê as cartas. Desta forma é incapaz de dar vida ao movimento chamando os operários da cidade para sustentar a luta camponesa (aliança operária e camponesa).

Promessas, só isso: manter os movimentos atrelados às vias burguesas de solução é trabalhar para enterrar o movimento.

A luta para construir a organização na ETCD

A luta por construir uma comissão de garagem na ETCD continua com muita dificuldade, pois se por um lado a diretoria demonstra uma certa abertura, por outro lado, o sindicato da categoria boicota as reuniões da comissão e até a convocatória para realizar a assembléia dos funcionários.

Esta atitude faz parte da política burocrática do PT e da CUT, que em nome da democratização do Estado burguês tem desviado todas as energias da luta direta dos trabalhadores para as ilusões no parlamento, no Congresso Nacional, nas Câmaras Setoriais de conciliação de classe, etc.

Os trabalhadores não podem

ficar esperando que dos métodos burocráticos venham as soluções dos problemas dos trabalhadores, por isso, não podem defender as comissões independentes dos trabalhadores que organizam a luta, por local de trabalho. Portanto, a formação da comissão dependerá somente de nossa organização e capacidade de arrastar o sindicato atrás de nós.

Os trabalhadores têm que decidir pela construção das frações revolucionárias em todas as empresas tanto para atender os problemas elementares do movimento operário como para construir uma direção revolucionária no interior da categoria dos condutores a nível nacional.

CUT: UMA DIREÇÃO BUROCRATIZADA

As últimas resoluções aprovadas na plenária nacional da CUT nada mais são do que consequências do avançado grau de burocratização da direção cutista. A ampla participação dos delegados de base, eleitos em assembleias massivas para decidir sobre os rumos do movimento sindical, foi substituída pela representação dos dirigentes sindicais liberados. Por isso, os congressos e plenárias se transformaram em encontros de direções. É nesse quadro de reduzida participação de base que floresce e alimenta uma camada de dirigentes apartados da luta de classe. Na medida em que se emancipam do controle dos trabalhadores, tornam-se cada vez mais susceptíveis às pressões do governo e dos patrões.

Não é por acaso que a direção majoritária da CUT vem assimilando e incorporando a política da burguesia para o movimento sindical, rejeitando a luta de classes em prol do "sindicalismo moderno", isto é, maior aproximação entre o capital e o trabalho. O empresário Mário Amato elogia a conduta da CUT dizendo: "o sindicalismo mudou para melhor (...) trata-se do "sindicalismo da eficiência". A que Meneguelli responde: "estamos nos adequando à conjuntura (...) não tem mais greve por salário real"

Essa é a prova de que, com o aprofundamento da crise econômica (recessão, desemprego, arrocho salarial), os dirigentes da CUT se colocam lado a lado dos patrões, para buscar uma saída que possibilite ao capital a manutenção da exploração do trabalho. Por isso, se opõem ao enfrentamento (através das greves), à unificação nacional contra a miséria e a fome, às ocupações e ao controle operário da produção. A luta pelo salário mínimo real e escala móvel de reajustes foram substituídas pelo palavreado demagógico das reposições graduais (planos de reposições e perdas).

Nesse sentido, trocam a ação independente dos operários pelas negociações tripartites (governo, patrão e centrais sindicais). É o que ocorre nas Câmaras Setoriais.

OS ACORDOS TRAIADORES FIRMADOS NAS CÂMARAS SETORIAIS

As Câmaras Setoriais surgiram durante o governo Sarney e foram retomadas com Collor. Participam o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, através da Secretaria Nacio-

nal de Política Econômica, os sindicatos de trabalhadores, empresários e distribuidores. A CUT se integra nas câmaras do complexo automotivo e transporte aéreo, com o argumento de buscar "alternativas negociadas e duradouras para crise"

O resultado dessa participação foi o acordo das montadoras, que visa a recuperação das vendas e a manutenção do nível de emprego. O governo cede na arrecadação de impostos das empresas e os patrões asseguram o nível de emprego, o que não significa estabilidade dos empregados e sim a manutenção dos percentuais de empregos (por exemplo, se a fábrica demitir 50 operários deverá contratar mais 50). Aos trabalhadores, restaram o arrocho salarial (porque nada foi proposto para a recuperação imediata das perdas), o aumento de impostos (tarifas) para cobrir a redução da arrecadação do ICMS das empresas e as demissões (porque não há garantia de estabilidade).

A burocracia cutista abandonou as campanhas salariais e a organização da luta grevista em nome dessas negociações nas Câmaras Setoriais. Negou o papel de enfrentamento dos sindicatos com o governo e a burguesia (que esmaga com o desemprego e os baixos salários) e o substituiu pelas táticas do sindicalismo de resultado. Com o argumento burguês de que "a ação praticada na última década (greves) se esgotou e é cada vez mais necessário implementar uma nova ação, capaz de combinar as formas de pressão e mobilização com a via da negociação (...)", os dirigentes da CUT se submetem às pressões do grande capital para viabilizar a continuidade do regime de exploração. Lamentavelmente, barganha a vida das massas nas mesas das Câmaras Setoriais, dizendo se tratar da "possibilidade real de intervir no processo de definição das políticas dos setores atingidos, com o sindicatos da CUT apresentando propostas e admitindo a negociação".

Dessas mesas não sairão a estabilidade, o salário mínimo real e os reajustes automáticos e, por isso, deixaram para trás, juntamente com os métodos próprios da classe operária.

FILIAÇÃO A CIOSL: SUSTENTÁCULO DA CONCILIAÇÃO DE CLASSES

Desde o IV Concuto se colocou a filiação da CUT à CIOSL (Confederação

Internacional de Organizações Sindicais Livres). A plenária nacional, realizada em julho, deliberou por sua filiação.

A CIOSL se organizou em 1949 a partir dos sindicatos que abandonaram a FSM (Federação Sindical Mundial), mantém relações com a Internacional Socialista (II internacional pró-imperialista) e agrupa o sindicalismo social-democrata europeu e a AFL-CIO dos Estados Unidos. Trata-se de uma casta de burocratas que com muito dinheiro controla o sindicalismo no mundo inteiro, a serviço do grande capital.

Com o desmoronamento da burocracia estalinista no Leste Europeu e com ele a FSM (controlada pela política estalinista), a CIOSL ganhou expressão reunindo as maiores centrais do mundo. Aproveitando-se da falência do estalinismo, a CIOSL acirrou a campanha contra a viabilidade do socialismo, identificando-o com as burocracias do Leste Europeu, Rússia e Cuba. Levantou a bandeira da democracia burguesa e, em algumas regiões, o socialismo democrático. Foi nesse quadro que a direção da CUT estreitou seus laços com essa central.

É verdade que a atuação da CIOSL no interior da CUT não é de hoje. Há algum tempo que vem formando os dirigentes sindicais profissionais, anticomunistas e, portanto, pró-capitalistas. Como também vem impondo a política reformista para o movimento sindical, na medida em que diz combater o neoliberalismo através de alternativas de desenvolvimento real. Não é à toa que os dirigentes cutistas negam a luta de classes, condenam o marxismo e a ditadura proletária, se opõem aos métodos de ação direta dos trabalhadores e se colocam abertamente pelo "novo sindicalismo", onde o capital e o trabalho convivem pacificamente.

A filiação da CUT à CIOSL representou o compromisso orgânico com a política capitalista traçada pela II Internacional e com o sindicalismo de resultados da AFL-CIO. As consequências para o movimento operário brasileiro serão árduas, pois o coloca à mercê da burguesia nacional e da sustentação do regime capitalista em decomposição.

Ao colocarmos-nos contra a filiação da CUT à CIOSL defendemos que a CUT tenha uma política internacionalista, ou seja, a de unificar o proletariado mundial contra a burguesia. Mas

a verdadeira posição internacionalista começa por rechaçar a orientação da CIOSL de submeter o movimento operário aos interesses do capitalismo.

Combater a burocratização da CUT e defender a construção das frações revolucionárias nos sindicatos.

A construção das frações sindicais revolucionárias no interior da classe é o meio para construir as direções classistas, capazes de pôr fim a burocratização dos sindicatos e da Central. Para isso, há que se estruturar em torno do

programa de combate ao capitalismo e à política reformista, que unifique os interesses imediatos do conjunto dos trabalhadores (salário, emprego, etc) com os históricos (derrubada do regime de exploração do trabalho).

A situação objetiva e favorável à luta dos trabalhadores, pois, os baixos salários, fome, miséria, potenciam a luta instintiva das massas. Porém, as condições subjetivas (crise de direção) têm provocado a paralisia do movimento operário e aprofundado a integração da

direção majoritária da CUT nos organismos criados pelo Estado burguês.

O avanço do movimento operário dependerá da construção de uma nova direção, oposta à política de conciliação de classe. Por isso defendemos a formação das frações sindicais revolucionárias para pôr fim à burocratização da CUT.

PELO FIM DA BUROCRACIA CUITISTA!

ORGANIZAR AS FRAÇÕES SINDICAIS REVOLUCIONÁRIAS!

DENÚNCIA

O CARÁTER DO ESTADO DEMOCRÁTICO-BURGUÊS

Assistimos o aumento da repressão policial e da justiça sobre o movimento dos trabalhadores. A condenação dos camponeses do Rio Grande do Sul à prisão, os inquéritos policiais abertos pelo governador de Rondônia contra os sem-terra, o despejo de 500 famílias do Pontal de Parapanema pela tropa de choque da polícia militar e a condenação de Boni, Romildo e Tonhão pela justiça de Diamema são mostras de quanto o Estado vem punindo os lutadores da classe operária e camponesa.

Para condenar os dirigentes dos movimentos, o Estado se utiliza da Constituição, que prevê os crimes hediondos, ou seja, a resistência dos manifestantes. É o que ocorrem Rondônia e com Boni em Diamema.

A mesma repressão ocorre com o movimento grevista, pois o não acatamento da decisão do TRT implica (de acordo com a lei vigente) em multas altíssimas aos sindicatos e processos condenatórios a seus dirigentes. Basta lembrar, o exemplo da última greve dos condutores de São Paulo, onde o sindicato foi multado numa fábula de di-

nheiro e seis integrantes foram presos e processados. Vários sindicatos estão sob essa condição no país.

Essa é a demonstração mais evidente de que a democracia burguesa se arma de suas leis, instituições e do aparato policial para defender a propriedade privada. A Constituição é feita para garantir a legalidade da repressão. O poder judiciário cumpre a tarefa de pôr em prática as leis ordenadas pela Executivo e Parlamento.

Por isso, a democracia formal, necessariamente, implica na ditadura civil de uma minoria sobre a maioria da população, pois está a serviço da defesa do capital, da exploração do trabalho e, acima de tudo, da manutenção da propriedade privada dos meios de produção.

Nos países semicoloniais, como o Brasil, onde as forças produtivas estão bloqueadas pela opressão nacional imposta pelos países imperialistas, nem a democracia burguesa (liberdade de manifestação, greves, etc) pôde ser implantada pela classe dominante. Eis aí a face da democracia burguesa.

DE ONDE VEM A FOME DOS AFRICANOS?

A imprensa burguesa está obrigada a expor frequentemente a barbárie em que se encontra o povo africano. Revelam que mil pessoas morrem diariamente de fome ou de doença na Etiópia, Sudão, Djibuti, Quênia e Somália e um total de 23 milhões de habitantes encontram-se sob ameaça em virtude das secas e guerras que assolam a região.

No Sudão a situação se agravou devido à escalada da guerra civil no sul e destruição de favelas na capital. Na Somália os problemas não são diferentes, pois o cessar-fogo da guerra civil não garante o fim dos conflitos entre as facções. No Quênia além da seca há os distúrbios civis e, na Etiópia, a fome, subnutrição e seca têm dizimado sua miserável população.

O brutal atraso desses países é parte da prolongada opressão colonial a que foram submetidos. As costas do Quênia serviram à exploração de especiarias e tráfico de escravos por parte dos portugueses, e, depois,

passar para o domínio dos ingleses até a II Guerra Mundial. A Somália esteve até 1960 sob domínio inglês e italiano, o Sudão foi submetido ao domínio inglês e egípcio. Como se vê, foram regiões que serviram para nutrir de riquezas e mão de obra os países capitalistas.

A independência das metrópoles não significou a soberania nacional, pois a debilidade da burguesia nativa, os graves problemas econômicos não foram resolvidos e a opressão imperialista permanece presente.

A luta do povo africano contra a fome e a miséria não terá solução nos marcos do regime capitalista. A "caridade" (envio de comida, remédios, etc) por parte dos Estados Unidos e Europa não serão capazes de salvar a população da barbárie. Ao contrário, a emancipação desses países semicoloniais dependerá da revolução proletária, responsável pela expulsão do imperialismo e expropriação da propriedade privada.

A FRENTE REVOLUCIONÁRIA E A SITUAÇÃO DE CRISE

Com a expulsão definitiva da Convergência Socialista do PT, se lançou a formação de um movimento pela Construção da Frente Revolucionária, cujo objetivo declarado pela Carta de Princípios é o de estruturar um partido revolucionário. Nesta forma, a Frente surge da crise política do PT, que por sua integração ao Estado burguês já não mais podia conviver com as correntes de esquerda, por mais que estas procurassem se adaptar à sua estratégia de democratizante.

A ruptura não se deveu a divergências essenciais de ordem estratégica. A linha central da direita petista (Articulação) se voltava (e se volta) para a constituição de um governo democrático e popular, composto por uma articulação eleitoral com os chamados setores progressistas da burguesia (PSDB, PMDB, PDT, etc), ou seja, um governo de frente popular. O conjunto das esquerdas defendia um governo dos trabalhadores logo das eleições, cuja divergência era a de não se compor com os setores nitidamente representantes da burguesia (PSDB, PMDB).

Dentre os defensores do governo dos trabalhadores, havia os que concebiam uma frente que fosse dos estatistas (PCdoB, PC) até o PT, admitia-se o PSB. Na realidade, o conteúdo do governo dos trabalhadores e a falta eleitoral de se chegar ao poder não se diferenciavam em algumas particularidades do governo burocrático e popular. O problema é que foi se tornando intolerável para as esquerdas o colaboracionismo burguês escancarado da Articulação, a ponto de no I Congresso se defender a estabilidade do governo Collor, quando este aplicava largamente o neoliberalismo

(entrega das estatais, desnacionalização) e cortava milhares de empregos com a recessão.

É importante compreender o conteúdo político da expulsão das correntes, para se poder caracterizar o fenômeno da Frente Revolucionária. Esta surge a partir da política da Convergência Socialista, cuja estratégia do governo dos trabalhadores foi e é de adaptação eleitoral. O problema da democracia e do eleitoralismo é o calcanhar de Aquiles do nascimento da Frente.

Nem bem se aprovou uma Carta de Princípios a Frente se encontra paralisada diante de uma das maiores crises políticas dos últimos tempos. Inicialmente, a bandeira do "Fora Collor" unia a todos, uma vez que se disfarçava o conteúdo. Em seguida, a CS clarificou seu real sentido reivindicando a convocação de eleições gerais (agora, impeachment e eleições gerais).

Esta via democratizante para a crise da própria democracia burguesa, porque é disso que se trata a bandeira de Collor, revela a estratégia do governo dos trabalhadores. A convocação de eleições após o impeachment, objetiva recolocar o PT e, conseqüentemente, a Frente Brasil Popular como a alternativa de governo democrático diante da desagregação do regime político. As correntes que compõem a Frente terão de se posicionar claramente diante desta linha de adaptação pró-burguesa. Com esta estratégia política não é possível se desenvolver nenhum partido revolucionário.

A frente revolucionária não passará de uma variante da frente democrática de esquerda.

A FRENTE DEVE RESPONDER À CRISE

Uma frente deve responder a mobilização e organização dos trabalhadores independentemente à burguesia. Ela se justifica como organismo de ação de massa. Trata-se da luta pela unidade dos explorados contra os exploradores. Uma frente que não cumpra essa função, acaba por ser supracapitalista e sectária. A resposta do Fora Collor, impeachment e eleições gerais não pode pôr em pé uma frente de luta independente das pressões democrático-burguesas pela solução do impasse de poder surgido com o escândalo de corrupção governamental.

O PT e o PMDB já negociam um tipo de mobilização popular limitada ao recurso constitucional de impeachment. Assim como na campanha das eleições diretas, a direção burguesa e pró-burguesa (PT) condicionam os atos à votação no Congresso. A experiência mostra que a direção pró-burguesa estrangula a ação das massas, condenando-as à legalidade constitucional; ou impedindo que surjam como força social independente do Estado (do poder burguês). Estamos diante deste fenômeno.

As bandeiras de impeachment e eleições diretas não permitem se lutar por uma direção revolucionária. De uma maneira ou de outra, estão referenciadas à decisão parlamentar. Eis porque uma frente revolucionária começa por rejeitar a via democrático-burguesa de solução da crise. As massas necessitam de se apoiar e se aglutinar em organismo próprios de luta, desfazendo-se do controle das direções pró-capitalistas.

No caso de uma situação de crise tão profunda de poder, se coloca a defesa da formação dos Tribunais Populares, para julgar e der-

ubar o governo burguês corrupto. Dirigimos a bandeira dos Tribunais Populares para as massas e seus organismos classistas que são os sindicatos e a CUT, bem como todas as correntes que se reivindicam do movimento operário. Estes, uma vez surgidos de grandes mobilizações, se colocam em contraposição ao parlamento (tão corrompido quanto o Executivo), ao governo e ao conjunto das forças que preservam o poder da burguesia.

A campanha pelos Tribunais Populares para pôr abaixo Collor permite estruturar uma frente revolucionária voltada à ação independente dos explorados. A linha de "nem impeachment, nem eleições gerais; Tribunais Populares para derrubar Collor" leva-nos a atuar junto aos trabalhadores com as reivindicações elementares de emprego e salário e a desenvolver a luta antiimperialista contra o entreguismo do governo. Os Tribunais Populares cumprem a tarefa de organização de uma frente de massa contraposta ao governo, ao grande capital nacional e ao imperialismo.

Neste sentido, a T-POR coloca a necessidade da Frente Revolucionária Antiimperialista, completamente distinta de uma frente democrática radical de esquerda, como concebe a Convergência Socialista. Trata-se de trabalhar por uma frente de ação que desloque as massas do controle democrático-burguês, contrapondo o proletariado aos exploradores e avançar em direção da revolução proletária. Neste quadro de luta, a vanguarda potenciará o desenvolvimento do partido revolucionário que nada tem a ver com as necessidades eleitorais das correntes de esquerda para substituírem à crise do PT.

A FRENTE REVOLUCIONÁRIA E AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

É parte das divergências no interior da Frente o posicionamento diante das eleições municipais.

Enquanto a Convergência Socialista está por apoiar o PT, correntes como Luta de Classe lançam-se pelo voto nulo. Em plena situação eleitoral, a Frente não realizou uma ampla discussão e, por isso, cada corrente se manifesta em separado. Seria a questão eleitoral tão secundária a ponto da Frente retardar o posicionamento e talvez nem mesmo tê-lo? Achamos que não.

A intervenção nas eleições diz respeito à tática do partido, mas nem por isso deixa de envolver a estratégia. Com a expulsão das correntes de esquerda do PT e com sua aberta traição à luta dos trabalhadores, apoiá-lo significa reforçar as posições pró-capitalistas no interior das massas. Ao contrário, a defesa do voto nulo significa dizer para os trabalhadores que o PT traiu a tarefa de construir um partido operário independente, colocando-se a serviço do parlamento burguês, do carreirismo eleitoral e da contenção da luta das massas.

Não se pode desconhecer que o PT se constitui em uma ferramenta para a formação de uma frente popular, que por sua direção e seu objetivo é um recurso de sustentação do poder burguês em desagregação. A

frente popular se caracteriza por manter os explorados sob o domínio da democracia burguesa e por arrastá-las a formar, através de elisões, um governo burguês de coligação, denominado democrático e popular.

A colaboração de Lula com Orestes Quêrcia, tão corrupto e reacionário quanto Collor, em torno da legalidade do impeachment, mostra até que ponto o PT depende da política burguesa e esta dele.

Num quadro de ofensiva capitalista contra a vida das massas e de decidida colaboração petista (refletida na CUT) com os métodos de bloqueio e desvio da ação direta dos explorados, apoiar o PT é se negar a construir a política proletária de independência de classe. Aqui está o problema estratégico dessa intervenção. A defesa do voto nulo programático por um partido revolucionário e pela defesa da vida dos trabalhadores contra o capitalismo decadente é parte da construção da política operária.

Se a Frente não se posiciona pelo voto nulo programático, não chama a formar os comitês pelo combate ao eleitoralismo e não sai em campanha pelos Tribunais Populares para pôr abaixo Collor, não pode cumprir o papel de aglutinar a vanguarda e as massas em oposição à política burguesa.

CHAMADO DA T-POR À FRENTE REVOLUCIONÁRIA

Defendemos que as correntes que se reivindicam do marxismo e do movimento operário realizem uma plenária para discutir e se posicionar.

1º Por uma campanha pela derruba do governo antinacional, antipopular e corrupto de Collor, através da ação direta das massas.

2º Pela defesa dos Tribunais Populares, contraposto à solução burguesa do impeachment.

3º Pela rejeição do desvio democratizante da bandeira da antecipação das eleições gerais.

4º Por uma campanha nacional que coloque as reivindicações das massas, como emprego, salário, terra, educação e moradia.

5º Por uma resposta operária à ofensiva do neoliberalismo pró-imperialista de sucateamento, quebra e desnacionalização da economia.

6º Pelo posicionamento e campanha pelo voto nulo programático, contraposto à política

burguesa de dominação.

7º Pela defesa da ação direta das massas, das manifestações de rua, greves, ocupações de fábrica e de terras. Pelo controle operário da produção.

8º Pela estruturação de uma Frente Revolucionária Antiimperialista e Anticapitalista dirigida pela classe operária e destinada à luta pela constituição de um governo operário e camponês, saído da revolução proletária.

Companheiros da Frente, por esse caminho será possível potencializar a fração revolucionária que se estrutura em torno da estratégia da ditadura do proletariado e avançar na construção do partido-programa, marxista-leninista-trotskyista. Companheiros, não há que se procurar atalho através do democratismo, do eleitoralismo e do frentismo oportunista para se construir o partido da revolução.

NOVA OFENSIVA CONTRA O IRAQUE

Os Estados Unidos enviaram 3 porta-aviões de guerra, uma bateria antiaérea com dezenas de mísseis Patriot e mais 2.400 soldados ao Oriente Médio para cercar o Iraque. George Bush ameaça intervir militarmente contra o Iraque com o pretexto de que este não estaria permitindo que uma inspeção da ONU (formada por americanos e ingleses) inspecionasse todas as informações sobre armamentos no Ministério da Agricultura iraquiano.

A presença da comitiva imperialista gerou um protesto popular que se estendeu por 3 semanas em frente ao prédio do Ministério. No final das contas, Saddam Hussein cedeu às pressões e ameaças imperialistas e acabou permitindo que uma comissão formada por elementos de países que não participaram diretamente da guerra do Golfo inspecionassem o Ministério, e, portanto, os armamentos iraquianos.

○ Imperialismo passa por cima de qualquer caricatura de

soberania nacional e se impõe às burguesias dos países atrasados, seja com a força econômica, política ou militar. Contra a agressão imperialista, defendemos o direito das nações atrasadas e oprimidas se armarem com todo tipo de material bélico disponível, sem ter que dar nenhuma satisfação à ONU ou ao imperialismo.

A incapacidade das burguesias atrasadas de se opor à opressão estrangeira mostra que, para conquistar de fato a soberania nacional, são as massas mobilizadas sob a direção do proletariado que podem enfrentar os sanguessugas internacionais e conquistar sua auto-determinação.

Os trabalhadores brasileiros, que também sofrem com a política econômica ditada pelo imperialismo, devem tomar partido da nação oprimida contra o inimigo comum. Fora os EUA do Kuwait! Nenhuma agressão ao Iraque!

IMPERIALISMO A CAMINHO DA INTERVENÇÃO NA EX-IUGOSLÁVIA

O agravamento da guerra civil entre a Sérvia e a recém formada República da Bósnia-Herzegovina aparece como motivo para o imperialismo europeu (França, Alemanha, etc.) e norte-americano intervir militarmente. A ocupação da Iugoslávia já não ocorreu há tempos devido a divergências entre as potências. A idéia de se formar uma força multinacional, como aquela da guerra contra o Iraque, através da ONU vem sendo trabalhada não de agora. Frente ao recrudescimento da guerra civil e da tendência das forças sérvias, que pode vencer a resistência da Bósnia-Herzegovina, a OTAN prepara-se para a ação, provavelmente, se utilizando da União Européia Ocidental.

O governo Bush, utilizando-se das cenas dos campos de concentração e da fome que se espalha, prepara a opinião das massas norte-americanas para uma outra investida bélica, num momento em também retoma os preparativos no Kuwait para uma possível ocupação do Iraque.

A desagregação da Iugoslávia, composta anteriormente por 6 repúblicas e 2 províncias, avançou com a proclamação de independência da Croácia em dezembro de 1990. Foi a chispa para a Sérvia (controladora do exército federal e trincheira da burocracia estalinista) desatar o processo de Guerra Civil, com o objetivo de manter a unidade burocrática e a opressão nacional existente sob a ditadura estalinista. A dissolução da república federativa burocrática da Iugoslávia ocorreu no quadro de desagregação geral das ditaduras estalinistas em todo Leste Europeu e Rússia. A luta pela autodeterminação, porém, esteve condicionada pela divisão da burocracia e pela ofensiva de restauração capitalista.

A Sérvia, como República mais poderosa econômica e militarmente, pretende impor as reformas capitalistas, porém sem perder o controle das demais regiões exploradas. Esta é a razão pela qual o imperialismo

apoiou por um bom tempo as pressões dos sérvios contra a autodeterminação da Croácia e da Eslovênia, pontas de lança do movimento independentista. Uma vez que se tornou inevitável a Guerra Civil, o imperialismo a utiliza para justificar uma possível invasão militar da ex-Iugoslávia. Trata-se de uma medida não para assegurar a autodeterminação das nações oprimidas e sim para impor seu controle a favor da restauração capitalista. É preciso defender a autodeterminação da Bósnia-Herzegovina, porém não a intervenção das potências, cujo único interesse é transformar todo Leste Europeu em semicolônias das multinacionais. Dizemos que a real autodeterminação não virá pela restauração capitalista e sim pela revolução política, que estabeleça o poder do proletariado e sua democracia revolucionária.

A guerra civil das burocracias pró-capitalistas deverá ser transformada em guerra civil pela revolução política, que derrube do poder as camarilhas formadas pelo titoísmo (o ditador Tito). O proletariado da ex-Iugoslávia deve se levantar a favor dos Estados operários, da livre autodeterminação e da união espontânea das nacionalidades. O proletariado europeu e do mundo inteiro está chamado a condenar e se mobilizar contra a intervenção do imperialismo e a defender o direito de separação da Bósnia-Herzegovina.

NÃO ACEITEMOS QUE AS POTÊNCIAS SE UTILIZEM DA EX-IUGOSLÁVIA PARA RECOLONIZAR O MUNDO!

· PORA COM A RESTAURAÇÃO CAPITALISTA!

· PELA AUTODETERMINAÇÃO DAS NACIONALIDADES OPRIMIDAS!

· ABAIXO A DITADURA DA SÉRVIA ESTALINISTA E PRÓ-CAPITALISTA!

· PELA REVOLUÇÃO POLÍTICA!

QUAL O DESTINO DO MERCOSUL

O Mercosul é uma iniciativa dos empresários e governos do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, patrocinados pelo imperialismo ianque. O projeto se iniciou no final de 1985 e prevê a integração das 4 economias até 1995. O que significa a liberação de suas fronteiras para o comércio de bens, serviços e capitais.

A ofensiva neocolonizadora do imperialismo norte-americano impulsiona a formação do Mercosul, cujo objetivo é ajustar o controle da economia latino-americana por parte do grande capital dos Estados Unidos. Seria uma forma de reforçar seu domínio sobre a região, diante do avanço do Japão e Alemanha.

Para os 4 países semicoloniais seria uma espécie de Mercado Comum Europeu, uma tentativa de dar impulsos às economias nacionais, duramente afetadas pela crise.

Na realidade, são as multinacionais que pretendem "integrar" a política de expropriação de riquezas e concentração de capitais. O que levará a concentração do capital em detrimento do pequeno e médio empresário, incapazes de concorrer.

Aos trabalhadores restará mais desemprego e fome. No Brasil, estima-se que 25% da mão de obra empregada pelo setor de alimentação no Rio Grande do Sul serão desempregados. O setor de autopeças do ABC não tem condições de enfrentar os argentinos. Por sua vez, outross setores da economia argentina, uruguaia, paraguaia se quebrarão. A sobrevivência do comércio nas áreas fronteiriças está ameaçado. O aumento da concorrência, com a abertura da economia, pode ter como consequência a queda salarial.

Como se vê nada tem a ver com a integração e nem com o crescimento harmônico das forças produtivas. Ao contrário, a iniciativa do Mercosul contribuirá para aumentar o atraso, os desequilíbrios regionais e o submetimento dos países semicoloniais à metrópole americana.

A integração latino-americana é uma necessidade histórica que as burguesias não podem cumprir dada sua integração à ordem imperialista, que para manter a exploração mundial não permite a unificação dos países semi-coloniais de forma independente e que possa potenciar as forças produtivas nacionais capitalistas.

A unidade e a integração do continente latino-americano será tarefa da classe operária, que terá que expulsar o imperialismo e expropriar a grande propriedade privada. A solução do atraso, miséria e o pouco desenvolvimento da América Latina dependerá do processo revolucionário nesses países e a implantação dos Estados Operários e dos estados Unidos Socialistas da América Latina. Daí a importância da reconstrução da IV Internacional.